



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

**ESTRATÉGIAS PARA O ESQUECIMENTO: ANÁLISE EXPOGRÁFICA DO MUSEU
AFRO-BRASILEIRO DE SERGIPE.**

DOUGLAS SANTOS NECO

Laranjeiras - SE

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

DOUGLAS SANTOS NECO

**ESTRATÉGIAS PARA O ESQUECIMENTO: ANÁLISE EXPOGRÁFICA DO
MUSEU AFRO-BRASILEIRO DE SERGIPE.**

Trabalho de Monografia apresentado
ao Departamento de Museologia da
Universidade Federal de Sergipe, como
requisito parcial para à obtenção do grau de
Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a. Ms. Sura Souza Carmo

Laranjeiras - SE

2019

DOUGLAS SANTOS NECO

**ESTRATÉGIAS PARA O ESQUECIMENTO: UMA ANÁLISE EXPOGRÁFICA NO
MUSEU AFRO-BRASILEIRO DE SERGIPE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Museologia da
Universidade Federal de Sergipe, e aprovado pela Banca Examinadora.

Prof^ª. Ms. Sura Souza Carmo (orientadora)

Professora efetiva DMS - UFS

Prof^ª. Ms. Janaina Couvo Teixeira Maia de Aguiar (1^a leitora crítica)

Professora substituta DMS - UFS

Prof^ª. Ms. Priscila Maria de Jesus (2^a Leitora Crítica)

Professora efetiva DMS - UFS

Dedico este trabalho a todos que fizeram parte desta caminhada, professores, amigos, em especial aos meus pais, José Genivaldo Neco e Josenilda dos Santos Neco, principais incentivadores na busca por minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus ancestrais pela força que, fizeram da resistência luta pela sobrevivência, e neste mesmo sentido através da energia ancestral, seguiremos na luta por nossos direitos e acima de tudo respeito.

À minha orientadora Sura Souza Carmo, por todas as contribuições na minha produção, e por ouvir atentamente as propostas feitas, que resultaram neste trabalho.

Às professoras integrantes da banca examinadora, Janaina Couvo Teixeira Maia Aguiar, Priscila Maria de Jesus, por ter aceito o convite para avaliação deste trabalho.

À todos os queridos amigos/colegas de curso que contribuíram de maneira ativa na construção e amadurecimento das discussões, acerca da Museologia.

RESUMO

O presente trabalho pretende fazer uma análise das exposições do Museu Afro-brasileiro de Sergipe (MABS), localizado na Cidade de Laranjeiras/SE, para compreender a representação do negro e da cultura afro-brasileira neste espaço. O MABS foi a primeira instituição museológica do país a dedicar-se exclusivamente a temática do negro no Brasil, entretanto, após quarenta e dois anos de fundação, é necessário a realização a análise de sua expografia, que permanece a mesma há anos. Levando em consideração que o estado de Sergipe possui 71% da população auto declarada negras e que possui auto índice de genocídio de jovens negros, faz-se necessário buscar compreender qual o papel do MABS como ferramenta capaz de representar a população afrodescendente do estado de Sergipe e de discussão dos problemas enfrentados.

Palavras-chave: Comunicação Museológica; Exposição; Museologia; Museu Afro-Brasileiro; Representação.

ABSTRACT

The present work intends to make an analysis of the exhibitions of the Afro-Brazilian Museum of Sergipe (MABS), located in the city of Laranjeiras / SE, to understand the representation of black and Afro-Brazilian culture in this space. MABS was the first museological institution in the country to dedicate itself exclusively to the theme of the Negro in Brazil, however, after forty-two years of foundation, it is necessary to carry out the analysis of its expography, which remains the same for years. Taking into account that the state of Sergipe has 71% of the self-declared black population and that it has self-reported genocide of black youth, it is necessary to seek to understand the role of the MABS as a tool capable of representing the afro-descendant population of the state of Sergipe and of discussing the problems faced.

Keywords: Museological Communication; Exhibition; Museology; Afro-Brazilian Museum; Representation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 O PAPEL SOCIAL DAS EXPOSIÇÕES MUSEOLÓGICAS.....	13
1.1 – Conceito de Exposição	13
1.2 – Comunicação Museológica	18
1.3 - Museus como Instrumento de Desenvolvimento	21
2 O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL	25
2.1 – Contextualização Histórica da População Negra no Brasil	25
3 ANÁLISE DO DISCURSO EXPOGRÁFICO DO MABS	34
3.1 –A Cidade de Laranjeiras e o MABS	34
3.2 – Descrição do Discurso Expográfico	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ICOM – Brasil – Concelho Internacional de Museus Brasil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

MINOM – Movimento Internacional para uma nova Museologia

FNB – Frente Negra Brasileira

MNU – Movimento Negro Unificado

MABS – Museu Afro – Brasileiro de Sergipe

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

SEADE – Sistema estadual de Análise de Dados

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fachada do MABS

Figura 2: Sala da Economia Açucareira

Figura 3: Sala da Tortura

Figura 4: Sala da Tortura

Figura 5: Sala dos Senhorzinhos

Figura 6: Cozinha da Casa Grande

Figura 7: Cozinha da Casa Grande

Figura 8: Corredor usado para exposições temporárias

Figura 9: Sala do Nagô

Figura 10: Sala dos Orixás

Figura 11: Sala das Religiosidades

Figura 12: Sala de Exposições temporárias

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar as representações do povo negro contidas na exposição de longa duração do Museu Afro-brasileiro de Sergipe (MABS), que está localizado na cidade e Laranjeiras/SE, cidade que possui uma população majoritariamente negra e onde ocorrem até a atualidades diversas manifestações populares.

Ao considerarmos todo potencial que os espaços museológicos possuem, e seu alcance ao público, com as mais diversas abordagens temáticas, devemos nos atentar e refletirmos quanto a eficiência desses espaços, averiguar se estão sendo usadas para debater os problemas e enfrentamos na contemporaneidade. Sendo assim, objetiva-se fazer atentamente uma verificação dos afazeres museológicos do MABS, através das exposições de longa duração, contidas na instituição, pois acreditamos que o museu deve acompanhar seu tempo, e servir a comunidade a qual é pertencente em uma relação intrínseca. Desta maneira tornou-se necessário a utilização do campo teórico da comunicação museológica, que é realizada através das exposições e suas possíveis reverberações junto ao público que as contemplam.

A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa foi, em um primeiro momento, a realização de levantamento bibliográfico, das produções acerca da representação do negro em espaços museológicos, em específico museus de temática Afro-brasileira, que busquem o contexto da participação histórica da população negra na sociedade brasileira, e que levem em consideração as relações do museu com a sociedade contemporânea. Nesta fase inicial da pesquisa, também foi de suma importância a compreensão da importância da comunicação museológica. Em um segundo momento, foi realizado visitas de campo ao MABS para análise do discurso expográfico, da sua documentação e realização de registro fotográfico.

A pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo foi feito um levantamento bibliográfico, das abordagens museológicas (seminários, mesas redondas, encontros) na América Latina, que abordam o caráter social dos museus, através da perspectiva da Nova Museologia, também é trabalhado o conceito de exposição e comunicação museológica, elencando o museu como possível instrumento de desenvolvimento.

Já no segundo capítulo foi realizado, através de levantamento bibliográfico, uma contextualização da situação da população negra em um contexto histórico das atrocidades diversas que pretendiam o extermínio do povo negro, a abordagem estende-se ao tempo presente, evidenciando a situação que, reverberam deste passado cruel contra esse povo. Neste capítulo são elencadas algumas maneiras da resistência do povo negro, demonstrando que o museu enquanto instituição legitimadora de representações/discursos poderia abordar essas problemáticas para servirem de reflexão.

No último capítulo foi realizado uma contextualização da criação do MABS, e sua relação com programas de reconhecimento do patrimônio e as manifestações da cultura popular de Laranjeiras, em seguida foi concretizado uma descrição do discurso expográfico do MABS, afim de identificar como está sendo representado a pessoa negra nesta instituição museal.

1. O PAPEL SOCIAL DAS EXPOSIÇÕES MUSEOLÓGICAS

Este capítulo tem por objetivo apresentar alguns marcos importantes do panorama da Museologia a partir da segunda metade do século XX, no contexto latino-americano, analisando suas reverberações na área. A pesquisa busca ainda salientar a relação entre a importância de alguns encontros, seminários e mesas-redondas, que influenciaram diretamente o pensamento museológico brasileiro nas últimas décadas, para as mudanças ocorridas na Museologia, em especial da comunicação museológica, através de uma abordagem voltada para as funções sociais do museu e de sua importância como instrumento de desenvolvimento.

1.1 Conceito de exposição

Ao abordarmos o panorama das exposições museológicas na sociedade contemporânea torna-se necessário fazer algumas reflexões acerca da construção na área da Museologia, das pesquisas relacionadas a museus por meio das construções e modificações conceituais que foram sendo erguidas ao longo dos anos, surgindo das necessidades apresentadas no panorama social em cada momento. No âmbito da pesquisa, realizamos o recorte para a análise de marcos latino-americanos que permeiam a escola de pensamento denominada Nova Museologia, pois acreditamos que através de tal corrente de pensamento seja possível a discussão de temas marginalizados ou pouco trabalhados nos espaços dos museus.

Deste ponto de vista é possível notar e evidenciar alguns direcionamentos importantes a serem mencionados como, o Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus (Rio de Janeiro, 1958)¹, evento que proporcionou influências mútuas do pensamento e ações nos museus latino-americanos. As ideias discutidas neste seminário foram importantes para a Museologia em âmbito mundial, sobretudo pelo deslocamento de se refletir sobre museus para além do pensamento europeu, aplicando as evidências/estudos de caso nas problemáticas existentes em museus da América Latina.

¹Organizado através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Conselho Internacional de Museus (ICOM), e também especialistas brasileiros o evento realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ de 07 a 30 de setembro de 1958, ver **O ICOM / Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. Organização Maria Cristina Oliveira Bruno. São Paulo, Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

O seminário enfatizou aspectos educacionais nos museus, suas obrigações de melhorias e quais deveriam ser trabalhadas como: educação e comunicação, questões essas indicativas a museus. A busca por um museu mais atraente para o público foi amplamente debatida durante o seminário ocorrido no Rio de Janeiro em 1958, como menciona em análise posterior ao encontro, Hernan Crespo Toral,

Era necessário, portanto, vencer o tradicionalismo do museu conservatório de objetos, onde se mostravam as curiosidades produzidas pelo homem ou pela natureza, para transformá-lo em meio de comunicação atrativo que pudesse incidir nos problemas reais da comunidade. (ICOM-Brasil, 2010, p. 25)

Das observações feitas por Toral em 1995, nota-se que o debate intenso permeava para possíveis ampliações de melhorias, que proporcionassem um maior aproveitamento das potencialidades que a instituição museu possui. Escapando a regra de concepção do museu com função contemplativa de objetos, visualiza-se, na década de 1950, discussões voltadas para os caminhos a serem percorridos para a ideia de um museu voltado para os visitantes.

No documento final do Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus (1958), é necessário destacar algumas das conclusões como: Museu e a Educação, Exposição, tendo como finalidade um aprimoramento que permitiria exposições mais didáticas que proporcionassem uma maior eficiência no ensino e aprendizagem através das exposições museológicas, com comunicação mais atrativa e a participação de visitantes nas atividades práticas dos museus.

A Mesa-redonda de Santiago do Chile (1972), encontro posterior voltado aos pensamentos de cunho social, se distingue de uma “museologia tradicional²” voltada a contemplação, deleite estético. Como princípios base da Mesa-redonda de Santiago é destaque a função social do museu, onde foram adotadas algumas recomendações.

[...] Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento dessas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais;[...] (ICOM-Brasil, 2010, p.44)

As recomendações provenientes da mesa de Santiago surgem como marco para abordagens que podem ser associadas aos novos rumos discursivos em meio ao pensamento

²Museus como conservatórios de objetos, preocupado com a técnica com pouca abordagem social.

museológico, com definições que sugerem renovações das práticas usadas nestes espaços em caráter de atualização, mas mantendo as características existentes. É necessário ressaltar que em meio as renovações que buscam abordagens que acompanhem seu tempo, houve ressalvas e ausência de interesse por alguns profissionais de museus que procuram manter as práticas museológicas já consolidadas, dificultando assim novas formas de ver o museu e a Museologia.

O confronto de ideias que emergem aos pensarmos em novas abordagens em museus, causam confortos e desconfortos. As possíveis rejeições a serem encontradas quando postas diante dos apontamentos de mudanças podem ocasionar um estranhamento, contudo é razoável afirmar que novos pensamentos a serem avaliados não noticiam o fim das práticas já exercidas, mas aglomeram um conjunto de ações a serem utilizadas caso faça-se possível e necessário. Em umas das recomendações do documento final da Mesa-redonda de Santiago, é possível perceber o caráter conciliatório com a museologia tradicional.

[...] Que esta nova concepção não implica a supressão dos museus atuais, nem a renúncia aos museus especializados, mas que se considera que ela permitirá aos museus se desenvolverem e evoluírem de maneira mais racional e mais lógica, a fim de melhor servirem à sociedade; que, em certos casos, a transformação prevista ocorrerá lenta e mesmo experimentalmente, mas que, em outros, ela poderá ser o princípio diretor essencial; [...] (ICOM-Brasil, 2010, p.44)

Desta maneira as construções do pensamento museológico latino-americano, propuseram novas vertentes de visão sobre as relações do museu e a sociedade a quem ele deveria ser pertencente de maneira intrínseca, servindo assim efetivamente as demandas sociais. Decorrendo do encontro em Santiago do Chile, foram designados personagens latino-americanos, registrados na carta final, destinados a realizar uma Associação Latino-Americana de Museologia são eles (a): Luís Diego Gomes Pignataro (Costa Rica); Alicia Durand de Reichel (Colômbia); Lygia Martins Costa (Brasil); Grete Mostny Glaser (Chile); Mario Vázquez (México)³. Os representantes citados acima ficariam responsáveis por zonas, para fins de facilitar de maneira operacional na construção da proposta em caráter participativo.

Ainda do encontro de Santiago são abordadas/recomendadas ideias acerca da experimentação do museu integral, que seria um espaço de discussões e de demonstração das novas formas de pensar museu e, sobretudo seu papel na América Latina. Observamos ainda as recomendações que apontavam a necessidade de trabalhar as exposições com intuito de

³ Para mais informações ver, ICOM-Brasil, O Pensamento Museológico 2010, p.50.

servir a comunidade, sobretudo, da utilização desta ferramenta para o meio rural e urbano, em conscientização de suas próprias necessidades, e através delas fazer abordagens que levassem as problemáticas do meio urbano ao rural e vice versa, porém indicando a realização de abordagens que privilegiassem as singulares das demandas/problemas de cada comunidade. Tais recomendações previam exposições itinerantes que rompessem com a centralização dos espaços consolidados, facilitando as relações para construção científica e tecnológica, contudo, o documento produzido na Mesa de Santiago do Chile recomendou ainda que os setores educativos trabalhassem de maneira sistemática e permanente, podendo ocasionar maior eficiência em abordagens locais.

Outro encontro de extrema importância a ser mencionado e que ocorreu doze anos depois gerou a Declaração de Quebec (1984), que embora tenha ocorrido na América do Norte, no Canadá, o pensamento retoma falas de encontros anteriores, que norteiam aos questionamentos de museus com proposta social. A partir deste segundo encontro, a base teórica que estrutura o pensamento museológico que concebe a ideia do museu com característica social cresce consideravelmente, em um movimento para uma Nova Museologia, que retoma as discussões de Santiago do Chile em pautas sociais. Em Quebec as discussões são ampliadas para as novas tipologias de museus e atuações da Museologia.

O Movimento para uma Nova Museologia embora alguns aspectos já estivessem presentes em seminário, mesas e encontros anteriores, consolida-se durante o I Atelier Internacional da Nova Museologia ocorrido em Quebec, Canadá (1984), e que no ano seguinte geraria o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM)⁴. Esse novo movimento museológico tenta nortear as possibilidades de compreender a Museologia e os processos expográficos, pois sua flexibilidade e preocupação em (re)pensar o social para além do objeto nos permitiriam um leque de possibilidades a serem observados. Para Mário Canova Moutinho o “essencial à Nova Museologia era a interdisciplinaridade que contrariava os saberes isolados e redutores, abrindo novos territórios à reflexão científica, empírica ou mesmo pragmática” (ICOM-Brasil, 2010, p.54). As mudanças propostas no movimento Nova Museologia tinham por objetivo um projeto coletivo na área da Museologia, que iriam reverberar mudanças em museus e nas exposições museológicas.

⁴ Criada durante o segundo Ateliê Internacional da Nova Museologia em Lisboa, mais tarde sendo reconhecida como organização afiliada ao ICOM. Ver **O ICOM / Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**.

Da declaração de Quebec (1984), adota-se, “A. Que a comunidade museal internacional seja convidada a reconhecer este movimento, adotar e a aceitar todas as formas de Museologia ativa na tipologia dos museus” (ICOM-Brasil, 2010, p.60), neste sentido o necessário reconhecimento das ações museológicas realizadas como: Ecomuseologia, Museologia Comunitária e demais museologias que tinham inicialmente como preocupação fundamental a relação com a comunidade e seu desenvolvimento, em uma parceria que podia ampliar as possibilidades aos espaços museológicos que foram negados as comunidades marginalizadas.

A continuidade dos encontros que levam em pauta a função social do museu e sua aproximação com o público ocorre, vinte anos depois do encontro de Santiago, Chile (1972), em Caracas, Venezuela (1992), no seminário com a temática “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”⁵ (ICOM-Brasil, 2010, p.67). Com a finalidade de discutir a missão/função do museu no mundo contemporâneo alguns apontamentos foram tomados, bem como referência ao marco Santiago no Chile que fazia apontamentos sobre a função social do museu, as abordagens que se sucedem em 1992 retomam e visam verificar a situação atual desses espaços na América Latina.

Entre os enfoques do seminário é possível detectar abordagens necessárias a serem cogitadas neste momento que se façam análises de fatores, como a política social, gestão em museus, comunicação, situação econômica, relações das ações dos museus e as comunidades, entre outros. O que parece ser de suma reflexão são os diagnósticos que carregam em sua totalidade a preocupação social, as observações feitas das práticas museológicas que rompem/ultrapassam as paredes dos museus, e nos convida a abordar o seu entorno e a comunidade existente, com intenção de inserção desde público a ser parte integrante na construção e conhecimento de suas próprias problemáticas.

As características afirmadas nos encontros realizados em continente americano acerca dos museus, salientam a importância da função social e são ampliadas gradativamente, enriquecendo o pensamento museológico, e reverberam nas maneiras de ação, que por consequência, refletem o pensar da Museologia no Brasil como: pensar espaços, comunicação, público, exposições, novas formas de museu e de museologia como parte essencial no processo construtivo das relações existentes na função de transmitir as mensagens de maneira coesa. Recomenda-se que,

⁵Órgãos realizadores Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Escritório Regional de Cultura para América Latina e Caribe (ORCLAC), Comitê Venezuelano do Conselho Internacional de Museus (ICOM), Conselho Nacional de Cultura (CONAC), e A Fundação de Belas Artes da Venezuela (ICOM-Brasil, 2010).

Que se desenvolvam investigações mais profundas e amplas sobre a comunidade em que está inserido o Museu, buscando nela a fonte de conhecimento para a compreensão de seu processo cultural e social, envolvendo-a nos processos e atividades museológicos, desde as investigações e coleta de elementos significativos em seu contexto até sua preservação e exposição. (ICOM-Brasil, 2010, p.75).

Embora ficasse evidente na Declaração de Caracas (1992), o potencial da comunicação em museus através da exposição (objetos e expografia), a prática acaba demorando em assumir forma concreta, sendo necessário pesquisas através do público visitante para detectar as demandas, entre elas um destaque para a linguagem expositiva dinâmica e aberta que abarque diversos públicos possíveis, facilitando o dialogo no espaço e facilitando a circulação de informação. Por outro lado, os museus e práticas já consolidadas devem (re)ver suas ferramentas de ação efetiva e detectar o seu funcionamento como e o caso da comunicação e exposição em museus. Veremos tais definições relacionadas a comunicação museológica que serão necessárias para nos orientar quanto a eficácias na transmissão de informações nestes ambientes.

1.2 Comunicação Museológica

Em dicionário a Comunicação é um substantivo feminino, que significa a, ação ou efeito de comunicar, de transmitir ou de receber ideias, conhecimento, mensagens etc., buscando compartilhar informações⁶, conseqüentemente, um dos princípios básicos da comunicação consiste no ato da transmissão e recepção de informações. O objetivo da comunicação é alcançar demais pessoas que não as contenha, porém tal definição, ao ser usada e associada a comunicação museológica deve estar ciente das mensagens que irão reverberar junto aos visitantes nos museus.

As finalidades que se pretende alcançar com a comunicação museológica deve ser cuidadosamente planejada, de modo a conseguir alcançar o mais variado tipo de público, quando levamos em consideração que o mesmo não é homogêneo, para Marília Xavier Cury, “[...] O museu formula e comunica sentidos a partir do seu acervo. Esses dois atos são indissociáveis e, por isso, a área museológica e o público atribuíram a essa instituição o seu grande papel social[...]” (CURY, 2005, p.367). Diante desta colocação, torna-se evidente a importância da comunicação, onde devemos posicionar extrema atenção, ao considerarmos que o processo comunicacional se estende para além do ato de transmissão informacional,

⁶Definições disponíveis em: <<https://www.dicio.com.br/comunicacao/>> acesso em 02 de janeiro de 2019.

mas uma difusão pública através da materialidade, pertencente ao ser humano como parte integrante do circuito cultural das comunidades e das mensagens expostas.

É importante salientar que a comunicação museológica e as exposições possuem suma importância no processo comunicacional em museus, como parte integrante que busca desenvolver nos museus o melhor aperfeiçoamento que, viabilize entendimento ao seu receptor da maneira mais coerente possível, estreitando as relações entre o ser humano e o espaço museológico em uma desenvoltura completa de relações. Para Cury,

[...] Exposições é, didaticamente falando, conteúdo e forma sendo que o conteúdo é dado pela informação científica e pela concepção de comunicação como interação. A forma das exposições diz respeito à maneira como vamos organizá-la, considerando a organização do tema (enfoque temático e seu desenvolvimento), a seleção e articulação dos objetos, a elaboração de seu desenho (a elaboração espacial e visual) associados a outras estratégias que juntas revestem a exposição de qualidades sensoriais. (CURY, 2005, p.42)

Essas considerações reforçam o cuidado a ser tomado ao ser planejada uma exposição, em especial, atentar-se as subjetividades produzidas pelo visitante na individualidade ao ter contato com exposições, necessitando um retorno de averiguação quanto a eficiência, detectando problemáticas que não agreguem positivamente o público visitante, possibilitando correções. Considerando o cuidado e atenção indispensável na concepção das exposições, que constantemente são concebidas nos espaços físicos (museus, galerias...), salientamos que é preciso atentar-se aos detalhes, pois as mesmas estarão disponíveis para interpretações do visitante. Para Maria da Luz Nolasco Cardoso,

[...] A exposição é, na sua essência, o palco e o espaço cénico onde os vários códigos comunicativos interagem, se compõem e se articulam fazendo a sintaxe da imagem global; a exposição é, em suma, o espaço onde crononómicamente o evento se experimenta, se vive de modo mais ou menos intenso, de modo mais ou menos instável e ou efêmero. (CARDOSO, p.1906)

É importante lembrar que embora haja uma extrema preocupação com o sistema de códigos a serem apresentados em uma exposição, os aprendizados/reflexões são variados e a subjetividade do receptor será o fio condutor na dinâmica de significados comunicacionais apresentados. Contudo as técnicas expositivas não serão suficientes para um bom êxito comunicativo através das exposições, pois pra tal efetivação torna-se necessário entender as demandas das comunidades que rodeiam esses espaços e desenvolver um trabalho em cooperação a fim de resolver suas problemáticas.

O visitante torna-se então parte principal ao pensar exposição, pois através do processo comunicacional estará sujeito as interpretações, levando consideravelmente a

subjetividade no contato com o discurso presente no espaço expositivo, para tanto como observa Julia Nolasco Moraes (MORAES, 2011, p.3000), “a maneira como os museus conduzem os processos curatoriais em seu interior traduzem a forma como as instituições se pensam, articulam e comunicam com seu público”. Remetendo inevitavelmente as preocupações e atenções que devem ser tomadas no processo construtivo, é imprescindível atentar-se a uma transmissão efetiva e coerente na realização de exposições em conjunto com o processo informacional e o visitante. De acordo com Moraes,

Elemento fundamental deste sistema do qual as exposições fazem parte e sem o qual as exposições não exercem seu papel principal são os visitantes. Receptores do processo de transferência de informação que constitui a exposição, os visitantes são entendidos por aqueles profissionais que concebem, planejam e realizam exposições como produtores de conhecimento em potencial. Dar subsídios informacionais para a produção de conhecimento do visitante é, portanto, uma das principais funções das exposições, seja qual for o tipo de acervo exposto, a abordagem dada ao tema ou a especialidade do museu. Sob esta perspectiva, o processo curatorial deve ser dirigido para este fim. (MORAES, 2011, p.3006)

Embora haja as mais variadas concepções de exposição museológicas e curadoria, torna-se evidente os cuidados necessários a serem feitos quanto ao visitante, pois é a ele que será direcionado as dimensões entre comunicação, informação e exposição. Tais questões estão inteiramente relacionadas e em constante sincronia, alcançando assim um diálogo eficiente entre gestão de planejamento e o resultado final que chegará ao visitante. A relevância da comunicação em exposições deve também levar em consideração uma linguagem que seja acessível ao público não apenas como transmissor de informações, mas gerador de conhecimento que aproxime cotidiano/vivências em um desenvolvimento social.

No entanto, a inter-relação entre as diversas ferramentas possíveis que visam melhoria comunicacional, informacional nos museus devem ser pensadas e aperfeiçoadas cuidadosamente em narrativas museológicas quando trabalham em harmonia. As tomadas de decisões pelos profissionais de instituições museológicas devem ser feitas de maneira cooperativa em busca de desenvolver o melhor desempenho possível em todos os processos de concepção, montagem, exposição e nos demais que se entrelaçam, devendo atentar-se a questionamentos necessários como: finalidade da exposição, público, conteúdo, segurança visitante, em projeto que esteja bem fundamentado para aplicação e posterior avaliação que ocasionem correções.

1.3 Museus como instrumento de desenvolvimento

Alguns pesquisadores nos proporcionam análises que permeiam exposições em museus brasileiros que fazem alusão as memórias afro – brasileiras, como os escritos de Marcelo Nascimento Bernardo Cunha, que reflete a cerca das representações dos negros(a) nos museus.

É o caso das memórias afro-brasileiras, que foram manipuladas, deturpadas e minimamente preservadas em museus, por conta de um ideal de branqueamento nacional, que, aliado a um imaginário civilizatório marcado por perspectiva eurocêntrica, produziu imagens sobre a presença do negro na sociedade brasileira marcadas por preconceitos e abordagens reducionistas sobre culturas africanas, suas diásporas para o Brasil e sua participação no desenvolvimento local, ao longo dos séculos até a atualidade. (CUNHA 2017, p. 78)

Cunha discute o modo de representação atual da população negra em espaços museais, através de uma análise crítica que abre espaço para um leque de posições a serem pensadas a partir do papel da instituição museu e a área da Museologia.

Muito vem se debatendo ao longo dos anos quanto a função/papel do museu, como foi abordado na Mesa Redonda de Santiago no Chile (1972), pensamentos voltados cunho social, a Declaração de Quebec (1984) quanto ao papel do museu e da Museologia. O movimento da Nova Museologia através dos seus encontros, ampliou o conceito de museu para além dos espaços contemplativos e rememoração de “ícones”. Neste sentido, em meio a mudanças, resta saber quais desses pensamentos chegaram a ocasionar mudanças nas exposições que permeiam os espaços que tratam do povo afrodescendente no Brasil. Para Cunha,

Se fosse necessário definir o perfil identitário dos nossos museus veríamos que os mesmos representam predominantemente o segmento masculino, branco, cristão, abastado, heterossexual e com educação formal baseada em valores ocidentais tradicionais. Mas a sociedade, certamente, é mais ampla que este perfil, e todos precisam ser contemplados em nossos espaços de memória. Muitas são as referências que precisam vir à tona nesses espaços. (CUNHA 2017, p.84)

Neste sentido fica evidente as exclusões feitas pelos grupos que detêm o domínio de construção da memória em espaços privilegiados, Marcelo Cunha consegue sintetizar, adequadamente em sua análise, as narrativas referentes às representações afro-brasileiras. A reivindicação das representações de afrodescendentes nos museus torna-se necessário, pois refletem na percepção do visitante desses espaços, que a área da Museologia busca, no mundo contemporâneo, abordagens que proporcionam a não exclusão dos grupos que estão a margem, com a não reprodução de exclusões. Mediante as recomendações existentes, em que

se salienta a importância do trabalho conjunto entre comunidade e instituições museológicas, é necessário entender que, tais estruturas fazem parte de uma constante vigilância que impedem modificações dos discursos. Aderir a recomendações/pensamentos provenientes dos encontros e seminários da museologia social não é uma tarefa fácil em algumas instituições pois a participação da comunidade que usufrui diretamente do espaço do museu é vista como uma ameaça.

A autora Joana Flores traz em seu livro *Mulheres Negras e Museus de Salvador: diálogo em branco e preto* (2017), a discussão sobre a representação feminina (negra) nos museus de Salvador/BA, a partir de apontamentos em seus estudos de caso, em que podemos identificar o modo como a figura do negro(a) é encaixada, como está sendo mostrada, em específico, a mulher negra, concluindo que nos museus analisados, é representada de forma estereotipada e hierarquizada em comparação com as mulheres brancas. Para Flores as reproduções destes corpos negros postos em lugares de menor visibilidade, descritas em pequenas informações imprecisas é um ato de exclusão. Essas representações, embora analisadas com as lentes voltadas aos museus de Salvador/BA, podem ser aplicadas como forma de análise em outros museus.

Em face de espaços distintos, porém com colocações que se relacionam de forma intrínseca com os questionamentos trazidos por Mário de Souza Chagas, em *Memória e Poder: dois movimentos* (2002), o autor aponta algumas cogitações referentes as relações entre memória e poder nas instituições museológicas, sendo o museu “a um só tempo: herdeiros de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados nas instituições museológicas” (CHAGAS, 2002, p.62). É evidente que essa relação por muitas vezes pode ser intencional, com propósito de uma constante vigilância para manutenção de discursos que se queira perpetuar ao longo dos anos, tornando evidente as posições privilegiadas nos espaços museológicos.

Em todo processo de seleção há também um processo de exclusão, ao selecionar um objeto outros são censurados e acabam por serem condenados aos porões do esquecimento e por vezes jamais vistos ou expostos em museus. A apresentação deste ponto de vista desta maneira parece cruel, porém não é possível rememorar tudo, entretanto, nos atentemos as intencionalidades imbuídas em tal seleção. Para Chagas,

O poder em exercício amplia a sua rede de relações, produz novos sentidos, estabelece linhas de pensamento, determina o que deve ser conhecido, multiplica as instituições de memória (e de esquecimento)

atribuindo-lhes um papel de fonte de saber, de “luz” e de “esclarecimento. (CHAGAS 2002, p.49)

O poder de escolha geralmente é atrelado as noções e vivências do sujeito. Com base nestas afirmações, voltemos as questões expositivas, onde o poder de escolha irá determinar o discurso final que chegará ao visitante, a escolha final pode não ser um resultado satisfatório que agregue ou contribua para o bem comum de um meio social ou não. Para Joana Flores,

A exposição, reafirmo, autoriza em alguns casos, a relação de subordinação de determinados grupos, como recurso para evidenciar a hierarquia de outros já estabelecidos pela historiografia oficial como grupos dominantes. Nessa perspectiva, a exposição museológica de longa duração torna-se mais um mecanismo de legitimação do poder das elites sobre os grupos historicamente excluídos. (FLORES, 2017, p.66)

As afirmações trazidas por Flores, definem com precisão as problemáticas que podem ser encontradas nas instituições museológicas, e que devem ser minuciosamente identificadas pois incidem diretamente na exclusão dos grupos historicamente marginalizados e não representados no espaço dos museus.

Outros contextos provenientes dessas observações podem constituir análises, como a de Hugues de Varine, em sua obra *As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local* (2012), norteador para possibilidades metodológicas de uso do patrimônio.

Do momento em que pronunciamos o nome patrimônio (natural ou cultural), pensamos imediatamente na contemplação, na fruição estética, na necessidade de conserva-lo e transmiti-lo. Eu consideraria este o primeiro uso do patrimônio: seu consumo cultural. Mas não falaremos disso aqui, porque ele não é suficiente para garantir sua vida e não contribui senão limitadamente para o desenvolvimento e apenas à satisfação de um pequeno grupo. O patrimônio, enquanto recurso, deve servir concretamente a todos e ao conjunto de dimensões do desenvolvimento, isto é, não apenas à cultura e ao turismo, mas também a sociedade em seu todo, à economia, à educação, à identidade, e a imagem, ao emprego à inserção social, etc. (VARINE, 2012, p.82)

As importantes colocações feitas por Varine, quanto aos usos do patrimônio sugerem que o mesmo deve compor o panorama de usos que beneficiem a comunidade, o museu enquanto equipamento cultural em uma fase mutação de usos, mutação que acompanhe as demandas imediatas não como sendo o seu objetivo principal descartando todas as funções existentes, porém como uma possível ferramenta de reflexão e uso destinado prioritariamente a serviço da comunidade local.

Mais há uma segunda possibilidade que pode ocasionar uma mudança significativa associada ao uso do patrimônio e nos aspectos representativos de memórias que foram marginalizados nos espaços de museus, que foca no questionamento dos discursos construídos que contribuem para beneficiar as comunidades marginalizadas que não estão representadas ou aparecem de maneiras errôneas. Nila Rodrigues Barbosa faz algumas abordagens quanto a representação do povo negro em museus.

As exposições de museus que abordam culturas das diásporas africanas no Brasil quando remetem a escravidão, por exemplo, insistem em naturalizar a condição de escravizado como uma peça do processo escravagista tanto como o é o conjunto dos instrumentos de suplicio como as correntes, açoites, gargalheiras, etc. Neste sentido a representação da escravidão na exposição museológica resulta comprometedor da imagem de museu como lugar de memória e de referência de processos históricos. Ela passa a mensagem traumática da escravização e do castigo que inferioriza e não do que produz a resistência, história e descendência (BARBOSA, 2012, p.103)

Os espaços renegados devem ser analisados afim de serem questionados tais construções simbólicas. Ressalto que as mais variadas exclusões que o povo negro sofreu historicamente, no espaço da instituição cultural museu, reforçam a construção de preconceitos relacionados ao negro, que não é contemplado com suas memórias e resistências nestes lugares, porém com estereótipos que forçam uma construção que remete a submissão, inferioridade em detrimento dos demais grupos sociais. Desta forma, o Museu com o seu potencial discursivo, e caráter de lugar de representações pode ser uma peça fundamental para a realização de reivindicações, que incidam diretamente no desenvolvimento da comunidade em um diálogo ativo que tem como canal a exposição.

2: O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Neste capítulo pretendemos analisar as diversas maneiras de extermínio da população negra no Brasil que vai desde o período colonial com a escravidão até a atualidade – com o descaso e ausência ou insuficiência de políticas públicas de inclusão social.

2.1.Contextualização histórica do negro no Brasil

Historicamente as representações são estabelecidas por motivos de seleção, seguindo nesta linha de pensamento é possível identificarmos que, ao selecionarmos estamos também condenando ao esquecimento parte de uma história, que provavelmente não será mencionada em espaços de memória (museus, galerias de arte, centros culturais entre outros), que irão perpetuar ao longo do tempo em um processo emissor de signos. Portanto devemos entender que existem relações de poder, e que as mesmas contribuem para um enrijecer na construção da estrutura social, onde apenas uma pequena parcela de grupos privilegiados será rememorada.

De fato os grupos historicamente marginalizados (população negra, população indígena, ciganos, etc.), tiveram inúmeras dificuldades ao longo dos anos, em que foram impossibilitados de construir narrativas próprias, pois possuíam formas de interação social distintas das classes dominantes. Que não eram aceitas no âmbito da sociedade. Dentre os inúmeros motivos da exclusão do negro no Brasil, se faz necessário manter ativo as produções que levem em seu corpo produtivo as temáticas que envolvam problemas ainda não solucionados na vida da população negra no Brasil.

O genocídio⁷ da população negra do Brasil possui características históricas e violências múltiplas, assim logo então, tentamos compreender algumas estratégias que ocasionaram durante séculos o extermínio dos negros(a) africanos trazidos para o Brasil, sendo necessário averiguar como essas relações foram sendo moldadas e como se configuram na realidade atual. Em 1500 ocorreu o acontecimento marcante na história marítima portuguesa que ficou conhecido como “descobrimento” do Brasil, e a colonização do Brasil, a partir de 1530, para retirar recursos das terras que já eram habitadas por grupos indígenas, sendo considerada no corpo desta pesquisa, como invasão portuguesa. Por volta também de 1530, trinta anos depois da chegada dos colonizadores, iniciou-se o tráfico de corpos negros vindos da África para

⁷ Extermínio que, feito de maneira deliberada, aniquila (mata) uma comunidade, um grupo étnico ou religioso, uma cultura e/ou civilização etc.: o (...) Massacre que atinge um grande número de pessoas (populações ou povos). Definição disponível em: Dicionário Online de Português. Acessado em: <<https://www.dicio.com.br/genocidio/>> acesso em 15/01/2019.

satisfazer as necessidades da colônia recém criada, os portugueses já utilizavam o sistema de escravidão do negro (a), em diversas de suas colônias no território africano, e utilizou da mesma ferramenta para girar a engrenagem produtiva em terras brasileiras, no cultivo de cana de açúcar e especiarias que crescia largamente.

De acordo com Mott a presença de escravos em Sergipe d'El Rey consta desde 1591 (MOTT, 2008, p.153). Remetendo ao período posterior na província de Sergipe Del Rey (hoje Sergipe), a autora Sharyse Piroupo do Amaral faz um quantitativo da população que ocupava o território, através de um mapa populacional que dividia a população por cor, situação jurídica, gênero e idade, possibilitando entender qual seria a população naquele momento. Neste mapeamento Amaral identifica que no mapa de 1851,

Elaborado no auge da produção açucareira sergipana, nele consta a informação que a província de Sergipe possuía uma população de 222.990 habitantes, dos quais 56,564 (ou 25 %) eram escravos. Desses, 22.214 residiam na Cotinguiba, equivalendo a 35 % dos moradores da região. Ou seja, devido as necessidades da produção do açúcar, havia uma significativa concentração de escravos na região da Cotinguiba. Na província como um todo, entre 1834 e 185, houve um aumento da população escrava absoluta, mas um decréscimo da relativa. (AMARAL, 2012, p.37)

Amaral em sua análise deixa evidente que o quantitativo de escravos em Sergipe no século XIX está relacionando ao aumento do cultivo de cana de açúcar, crescendo, conseqüentemente, as atrocidades que foram cometidas na região através do sistema escravista. Sura Souza Carmo em sua obra, *Doce Província? O cotidiano escravo na historiografia sobre Sergipe oitocentista* (2017), também nos contempla com análises sobre a historiografia da escravidão em Sergipe, atentando-se à verificação do cotidiano escravo, a autora faz uma densa leitura de obras clássicas de Gilberto Freyre como *Casa-grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936), *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (1963), para tentar compreender como era a relação de vida social no Brasil escravocrata em específico na província de Sergipe, além de verificar minuciosamente as concepções de Gilberto Freyre sobre, situação patriarcal, economia, miscigenação, vestuário e a relação entre senhor e negro (a) escravizado.

A relação entre Carmo e Amaral, em discorrer acerca da historiografia sergipana torna-se extremamente necessária, quando levamos em consideração a pouca produção existente sobre o cotidiano escravo em Sergipe, que levam em sua concepção construtiva uma crítica atenta através da análise, não apenas evidenciando as atrocidades as quais o povo negro foi submetido, mas suas estratégias de resistência.

O extermínio da população negra não ocorreu apenas em forma física dos maus tratos nas lavouras e plantações, pois a população negra traficada para o Brasil nas piores condições possíveis, eram privadas das suas questões morais, culturais, religiosas e humanas. Abdias Nascimento salienta,

Em verdade, o papel exercido pela Igreja Católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em toda sua brutalidade. O papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfaz com a conversão dos “infieis”, mas prosseguiu, efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo à crueldade, ao terror do desumano tráfico negreiro. (NASCIMENTO, 2016, p.62)

Nas observações trazidas por Abdias Nascimento, fica evidente o uso da ferramenta igreja em consonância contribuição para efetivação da escravidão, coibindo o negro (a) de suas práticas religiosas e liberdade enquanto pessoa humana em terras brasileiras e nas demais colônias existentes na África. Em um processo de “limpeza” durante o período de escravidão e momentos da República, os poderes dominantes utilizaram-se da miscigenação como mais uma das inúmeras tentativas de extermínio do povo negro no Brasil. Para Abdias Nascimento,

O processo de miscigenação fundamentado na exploração da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país (NASCIMENTO, 2016, p.84)

A oficialização da escravidão como ato “comum”, possibilitava a efetivação das atrocidades, considerando os negros(a) como seres inferiores, sendo que essas ideias perduraram durante séculos Brasil, configurações que pautavam eliminar por completo os afrodescendentes. Vale salientar que, o país foi um dos últimos a encerrar com o sistema abusivo de escravidão negra, pois não conseguia mais sustentá-la por causa das inúmeras revoltas internas e pelo grito de liberdade ecoado em outras colônias que usavam de mesmo sistema.

Em 1888 ocorre o ato “libertador”, intitulado de Abolição ou Lei Áurea, controvérsias quanto ao encerramento da escravatura, uma vez que, mais parece ser outra tentativa de aniquilamento da população negra existente no país, já que não contou com nenhum equipamento que contribuísse com o mínimo de assistência possível, legalizando mais uma vez estratégias de assassinar o negro (a) recém liberto. É necessário realizar tal pergunta: a abolição de fato ocorreu? Se pensarmos em todo o sofrimento histórico qual ocorrido na

escravidão, durante o período colonial e imperial não conseguiremos imaginar possibilidades de reparação dos danos sofridos, porém é necessário pensar estratégias para estabelecer formas dignas de reinserção no meio social. No entanto as leis que sucederam, o pós- abolição seguem na mesma linha tênue de extermínio como nos apresenta em análise Abdias Nascimento,

Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro da estratégia maior: a erradicação da “mancha negra” na população brasileira. Um decreto lei de 28 de junho de 1890 concede que “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Executados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos”. (NASCIMENTO, 2016, p.86)

Os impedimentos do livre ir e vir do negro africano por meio de decretos e leis, continuava a ser implantado mesmo no período pós-abolição, com a mesma assombrosa legalidade da escravidão, movida pelo ideal racista, na busca de um ideal de branqueamento, reafirmando que as políticas públicas de reparação não foram efetuadas. Os atos de resistência da população negra ocorreram durante a escravidão como a formação de quilombos e o suicídio foram ferramentas de resistência de desespero e recusa a submissão desse sistema desumano, entretanto, com a abolição era necessário buscar outras estratégias de luta.

Lélia Gonzalez mulher negra, escritora, ativista do movimento negro e feminista, traz em sua produção *Lugar de Negro* (1982), alguns direcionamentos dos caminhos que o movimento negro percorreu no Brasil, trazendo uma linha cronológica de acontecimentos que envolveram a construção do movimento negro, fazendo alguns apontamentos das conquistas alcançadas e os obstáculos encontrados ao longo do percurso. Para Gonzalez houve grandes movimentos pós-abolição, que buscavam a unidade como maneira de enfrentamento das dificuldades que a pessoa negra enfrentava, como foi o caso da Frente Negra Brasileira (1931-1938). O caráter de união de diferentes movimentos negros, que possuíam em comum a necessidade de contestação de direitos diante da minoria de grupos “dominantes”.

As resistências que surgiram no período pós-abolição são os mecanismos criados para reivindicar a falta de reparação dos problemas que o povo negro enfrentou no período anterior e no início da República, contudo nessa articulação necessária, outros grupos foram criados porém, as estratégias políticas davam conta de encerrar as atividades. Em suma importância o Movimento Negro configura o ato da resistência do negro, em um país que possui um racismo estruturado. Para Petrônio Domingues,

A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o A Voz da Raça. (DOMINGUES, 2007 p.107)

Domingues ao se referir a organização da entidade Frente Negra Brasileira (FNB) na primeira metade do século XX, informa que seu nível de organização era surpreendente na luta da causa negra. Embora não seja possível no momento citar todos os movimentos que ocorreram, foram inúmeros os grupos que se organizavam no combate ao racismo e a integração do negro na sociedade. Torna-se necessário evidenciar a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), nos anos de 1970, criado através da articulação entre inúmeras associações e entidades negras do movimento negro no país. Para Lélia Gonzalez,

O primeiro congresso do MNU significou um grande passo em termos de luta política do negro. Reunindo delegados do Rio, São Paulo, Bahia, Minas e Rio Grande do Sul, avançou uma série de questões que seriam posteriormente confirmadas. (GONZALEZ, 1982, p.62)

As preocupações que permeavam o MNU, derivavam das problemáticas da conjuntura nacional, entre elas as dificuldades com a segurança social, violência policial, crise econômica entre outros que afetavam diretamente as comunidades marginalizadas. Para Sura Carmo, “[...] Portanto é possível perceber que desde o fim da escravidão continuou e se fortaleceu o engajamento negro na busca por mudanças sociais por meio da conquista de direitos. [...]” (CARMO, 2017, p.120). Esta afirmação indica, de maneira evidente, a busca da comunidade negra por direitos, e que embora historicamente houvesse inúmeras manobras para silenciar as reivindicações, as articulações organizadas conseguiram sobressair do sistema excludente.

A amplitude de organização do movimento negro se estendeu em quase todo território brasileiro, em Sergipe temos a criação da Casa de cultura Afro-Sergipana no final da década de 1960⁸, criada pelo escritor e militante da causa negra Severo D’Acelino, que também é considerado fundador do Movimento Negro em Sergipe por suas ações em prol do respeito e conquista de direitos para população negra. De fato quando verificamos em sua militância, o mesmo sempre está presente em análises posteriores deste período, para Domingues “A campanha de reconhecimento de João Mulungu, levada a cabo por Severo D’Acelino e setores do movimento negro sergipano, tinha um caráter eminentemente político [...]” (DOMINGUES, 2016, p.222). Nas análises de Petrônio Domingues fica evidente o teor da militância de D’Acelino no reconhecimento de João Mulungu enquanto “herói” da resistência

⁸ Ver mais informações em, <http://casaculturafrose.blogspot.com/>.

negra em Sergipe, e a necessidade de serem discutidas políticas de valorização de personagens que fizeram parte da histórica resistência negra, e que poucos são citados na contemporaneidade. Portanto, as ações de D’Acelino faz com o que, o mesmo torne-se figura essencial na construção do Movimento Negro no estado.

Durante muitos anos a situação da população negra esteve à mercê dos poderes dominantes, porém há 30 anos o Brasil passou pela redemocratização, e a partir das recomendações dos Direitos Humanos, que serviram como base para a formulação da Constituição Federal de 1988, os problemas passaram a serem enfrentados mesmo que de maneira pouco eficaz. A Constituição brasileira, no art. 5º, diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, que é garantida a liberdade, igualdade, segurança e a propriedade”; e no art. 215, “o estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (...) 1- o estado garantirá a proteção das manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos no processo civilizatório nacional”. Relacionado ao artigo 215 da Constituição Federal, que trata da garantia dos direitos e acesso cultural a todos os grupos, é importante salientar que o povo negro tem direito a ter sua cultura valorizada. Contudo, no estado de Sergipe somente uma instituição museal é alusiva à diáspora negra, o Museu Afro-Brasileiro de Sergipe (MABS), que representa 2,98% dos museus⁹ voltados em específico ao trato das representações da população em questão no estado.

Conforme dados do IBGE 53,6% da população brasileira se declararam negra (negros e pardos), em 2014. Em meio aos 10% da população mais pobre com renda média de R\$ 130 por pessoa em um núcleo familiar, 76% são negros. Já em 2005, o IBGE realizou o mapeamento quantitativo da população negra/parda por unidade dos estados pertencentes à federação. Neste período, Sergipe possuía uma população que totalizava 1.967.074 das raças brancas, negras e outras, na qual 71,05% da população total era negra. A tabela 1 apresenta o índice geral de violência contra as pessoas de gênero masculino na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, onde de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), publicados em junho de 2018, a nível

⁹ Porcentagem calculada com base no mapeamento feito por, Raphael REIS, Vladimir Costa. Em: **Sob a lupa de Mnemosine: apontamentos para identificação e mapeamento dos museus em Sergipe**. E por, NOGEIRA, Adriana Dantas; NUNES, Verônica Maria Meneses. Em: **O Despertar do Conhecimento Na colina Azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras**.

nacional e por federação. Apresentamos abaixo, o índice nacional relacionado ao estado de Sergipe.

Tabela 1. Taxa de Homicídios

Homens Jovens entre 15 e 29 anos											
Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	97,7	94,3	99,0	100,1	100,7	98,7	108,9	109,7	116,9	113,6	122,6
Sergipe	107,0	94,7	99,5	103,5	110,3	113,9	149,8	164,3	198,3	230,4	280,3

Fonte: Atlas da Violência (2018, p.39), adaptado por Douglas Santos Neco e Rafael dos Santos Machado.

Nas análises dos dados apresentados na tabela 1 são calculados tendo como referência o quantitativo para cada cem mil jovens homens. Podemos ressaltar que, no ano de 2006, o índice nacional de homicídios era de 97,7 vidas exterminadas e em Sergipe 107. No ano de 2016, enquanto o índice nacional era de 122,6 em Sergipe era de 280,3, o que representa 128,63% acima do índice nacional. O IPEA também revelou que Sergipe é o estado brasileiro que ocupa a primeira posição no índice de homicídios da população negra, com percentual de 79%, no qual a taxa no estado aumentou 172,3% na década de 2006 a 2016. O Instituto identificou que a violência na última década contra a população negra.

Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras (IPEA, 2018, p.40).

Os índices apresentados pelos institutos de pesquisa demonstram a proporção da desigualdade social, cultural econômica em que a maioria da população negra brasileira e sergipana está na condição, onde brancos e negros vivem em um mesmo espaço geográfico, porém com realidades distintas, por falta de justiça social.

Nesta mesma linha de raciocínio, os direitos humanos encontram-se presentes na Constituição de 1988 não estão sendo respeitados e, sob o aspecto museológico das políticas públicas voltadas ao serviço museal destinados à representação da população negra em Sergipe, onde 71% da população (2005)¹⁰ é negra, somente uma instituição entre as trinta e nove existentes no estado faz alusão à comunidade negra. Precisamos nos atentar aos números aqui apresentados, pois eles demonstram a necessidade de uso das mais variadas ferramentas

¹⁰ Dados coletados do arquivo da Sistema estadual de Análise de Dados (SEADE) disponíveis em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/idr/download/populacao.pdf>. > acesso 10 de dezembro de 2018.

que possam auxiliar na redução desses dados, pondo em pauta o extermínio da população negra, o que fere a constituição e os direitos humanos.

Ressaltamos que ao nos referirmos as pessoas negras, entenda como pessoas auto – declaradas negras ou pardas, e ao nos referirmos a pessoas não negras entenda como pessoas auto declaradas como brancos, amarelos e indígenas, que foram mapeados nos últimos anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mapeamento realizado com base em cada cem mil habitantes. Ao avaliarmos as estatísticas foi possível detectar que, o aumento alarmante que ceifam vidas negras contrasta com a redução significativa de homicídios das não negras, tornando visível a amplitude de desigualdades no país. Ainda com base nos dados do atlas da violência no Brasil, veremos alguns dados por região no espaço sergipano.

As maiores taxas de homicídios de negros encontram-se nos estados de Sergipe (79,0%) e do Rio Grande do Norte (70,5%). Na década 2006-2016, esses estados foram também onde a taxa mais cresceu: 172,3% e 321,1%, respectivamente. Já as menores taxas de homicídios de negros foram encontradas nos estados de São Paulo (13,5%), do Paraná (19,0%) e de Santa Catarina (22,4%). (IPEA 2018, p.40)

O estado de Sergipe assume liderança ao avaliar o índice de homicídios, aonde maior parte dos casos correspondem a jovens negros, despontando em diferença com relação a população branca, pessoas que ocupam a mesma região porém, parecem residir em polos diferentes do globo terrestre. Tais dados evidenciam a necessidade de políticas públicas que levem em pauta a valorização da pessoa humana independente de raça/cor ou gênero.

Em meios aos dados de violência contra a população negra no país, e o alto índice crescente de homicídios, tornou-se imprescindível pesquisar em que as instituições museológicas estão contribuindo na reflexão das problemáticas sociais apresentadas na contemporaneidade, entendendo o mesmo se deu devido a todo processo histórico de marginalização dos corpos negros.

Ao tratarmos das questões étnicas raciais na área da museologia no panorama sergipano, nos deparamos com a pouca produção sobre a participação do povo negro como protagonista no contexto histórico e por consequência nos dias atuais. Evidente salientarmos que mesmo em espaços culturais ou museus possam existir reproduções acerca da pessoa humana negra(o) que pouco dizem sobre suas histórias de resistências ou não condizem com os fatos históricos ocorridos. Com isso devemos criar estratégias para redução desses

indicadores a Museologia – além de outras áreas do conhecimento – e que as reflexões da atuação do campo museológico sejam ampliadas para abordagem de problemáticas da atualidade.

3. ANÁLISE DO DISCURSO EXPOGRÁFICO DO MABS

Neste capítulo pretendemos contextualizar a concepção da cidade de Laranjeiras, enquanto patrimônio artístico arquitetônico, tombado através dos órgãos de proteção, evidenciando a criação do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe e sua relação com a comunidade. Neste capítulo ainda será realizada uma densa análise das práticas museais do MABS, evidenciando a representação do negro em exposições, nas abordagens que levem em consideração a Nova Historiografia e o Movimento da Nova Museologia.

3.1 A cidade de Laranjeiras e o MABS

O município de Laranjeiras está localizado no estado de Sergipe, às margens do rio Cotinguiba. A cidade mantém preservada a arquitetura com características dos períodos colonial e regencial, presentes nos casarios do centro histórico, tombados no dia 7 de março de 1996, pela portaria nº 019/96. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que reconheceu 500 (quinhentos) edifícios, por um conjunto de reconhecimento arquitetônico, urbanístico e paisagístico¹¹. Parte dessas edificações, ao longo dos anos, após tombamento, passou por intervenções em suas estruturas físicas, que buscaram manter as características originais das fachadas, pinturas e readaptações dos espaços para novos usos. Outras se encontram em ruínas, passando pelo processo de degradação por falta de manutenção ou falta de uso. A cidade possui ruas estreitas com trechos de rua em pedrasabão, igrejas, diversos grupos de manifestação popular, liderados por pessoas afro-brasileiras e diversos templos de culto das religiões de matriz afro, que testemunham, por meio das materialidades e das práticas culturais manifestadas no tempo presente, vestígios dos aspectos sociais, econômicos e culturais em que a cidade foi construída.

Construído em 1976, pelo decreto nº 3.339, e instalado em um dos muitos edifícios históricos tombados pelo IPHAN, o Museu afro-brasileiro (MABS), foi idealizado no contexto de revitalização do patrimônio histórico da cidade, em meio as políticas de proteção ao patrimônio histórico e arquitetônico, “no caso do MABS, a proposta inicial seria tratar a cultura popular por meio de um Museu do Folclore, mas essa proposta foi alterada, surgindo então um museu voltado para a temática afro-brasileira” (BONFIM; MENDONÇA e SANTOS, 2012). Segundo dados do IBGE (2018), o município tem uma população estimada em 29.567 mil, e fica a uma distância de 18 km da capital, Aracaju. Localizado à Rua José do

¹¹ Dados mapeados e disponíveis no documento proveniente do Programa Monumenta / IPHAN, Recuperação de imóveis privados em centros históricos. Disponível no site: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos_m.pdf.

Prado Franco, número 70, na zona central de Laranjeiras/SE, o MABS é um museu público estadual com a tipologia de acervo antropológico e etnográfica segundo o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), traz em suas exposições, acervos que remetem ao período escravagista brasileiro.

Figura 01: Fachada do MABS



Foto: Douglas Santos Neco (2019).

Através das pesquisas realizadas por, Bonfim, Mendonça e Santos (2012), onde afirmam que alguns autores consideram a cidade de Laranjeiras como berço da cultura negra no estado de Sergipe, e que em 1971 o Governo do Estado elevou a cidade de Laranjeiras à categoria de monumento histórico, pelo seu conjunto arquitetônico. Durante essa década, a cidade foi contemplada por programas de conservação e restauração dos monumentos arquitetônicos, civis e religiosos, sob influência dos movimentos de valorização do patrimônio cultural, ocorrendo, no decorrer dos anos 1970, a criação de instituições museais na cidade. A declaração classificatória de Laranjeiras como “berço da cultura negra no estado de Sergipe”, dada por alguns autores, talvez esteja atrelada ao processo histórico da construção e povoamento da cidade, pela efervescência das manifestações populares e práticas religiosas de matriz afro-brasileira presentes na cidade.

Neste sentido, é necessário atentar-se para a reflexão e levantar alguns questionamentos como: houve a participação da comunidade laranjeirense na construção

desses projetos de revitalização arquitetônica ou a comunidade recebeu apenas os projetos e não foram consultados quanto aos mesmos?

3.2. Descrição do Discurso Expográfico

Em análise das exposições de longa duração, podemos nos debruçar em um olhar atento à expografia contida no Museu Afro-brasileiro de Sergipe, evidenciando a mensagem possível de ser detectada no espaço, e que vem sendo perpetuada desde sua montagem em 1976. Em grande parte, as informações que recebemos, foram através das interlocuções dos guias que nos recebem, em que é informando dados históricos e narrações como parte de um roteiro único estabelecido para receber o visitante. Outras informações são encontradas em alguns *banners*, com textos apresentando também dados históricos de maneira simples e bem resumidas sem muita relação com o que está em exposição.

Ao ter como nomenclatura “Museu Afro-brasileiro”, faz-se a associação com um espaço que remeta a resistência dos afrodescendentes que residiram e residem no território sergipano e conseqüentemente na região do Cotinguiba, desde seu povoamento até a contemporaneidade. Em uma análise sucinta das representações do negro no MABS, é notório a reprodução de uma visão estereotipada e simplista da participação do povo negro no contexto histórico. Nota-se que, embora houvesse no período uma série de discussões acerca do papel da Museologia como a função social do museu, sua relação com a comunidade local, museu como instrumento de desenvolvimento, aprimoramento das exposições, comunicação em museus, entre outros, não é possível detectar o impacto desses discursos no MABS. Vale salientar que reverberam há décadas o pensamento do Movimento da Nova Historiografia e do Movimento da Nova Museologia que buscam abordagens de cunho social.

Ao entrarmos na instituição, existe um balcão de recepção para os visitantes onde se localiza os guias responsáveis pelo acolhimento, e que guiam durante todo o percurso expositivo, que se inicia ao lado direito da entrada do museu. O MABS possui nove salas expositivas, sendo sete que abrigam as exposições de longa duração e duas abrigam exposições temporárias. Localizadas no primeiro pavimento (térreo), estão cinco salas expositivas, quatro de longa duração e uma para exposições temporárias. No segundo pavimento (superior), são quatro salas, três com as exposições de longa duração e uma sala para exposições temporárias, o museu também possui um jardim ao fundo, onde são cultivadas ervas medicinais usadas nos saberes populares.

Figura1: Sala da Economia Açucareira



Fonte: Douglas Santos Neco (2019)

Na primeira sala da exposição indicada logo acima na figura 2, que apresenta por temática a Economia Açucareira, estão dispostos instrumentos usados em engenhos de cana-de-açúcar e no preparo da farinha de mandioca: carro de boi, canga de boi, prensa de mandioca, gamela, moenda de cana de açúcar, moenda da casa de farinha, arado de ferro, arado de palhadão, carro de boi e uma réplica de moenda de cana-de-açúcar. Tais ferramentas expostas eram usadas no arado, durante plantio e preparo dos produtos finais. Porém os objetos que ali foram postos nos parecem apenas rememorar que existiam engenhos naquela região, pois as informações referentes a eles limitam-se a nome, datação e procedência, de equipamentos quais foram doados por herdeiros de engenhos que existiram em Laranjeiras e nos seus arredores, a ficha fixada nos objetos expostos está escrita em papel branco e as informações em letras pretas. Existem dois *banners* explicativos da cultura e plantio do açúcar da região, que remetem à monocultura dos donos de fazenda do período, evidenciando que, o corpo negro esteve presente neste circuito histórico, contudo não é mencionado de forma direta sua participação. As etiquetas penduradas nos objetos destinadas são destinadas apenas para uma explicação simples, técnica e básica.

Vale ressaltar que a historiografia possui diversos autores que tratam das especialidades dos negros no processo da produção de açúcar, com diversos profissionais escravizados peritos em determinadas funções. Um clássico sobre a questão é o livro de

Antonil (1950), *Cultura e opulência no Brasil*, que descreve as diversas funções desenvolvidas pelos negros na produção de açúcar. Portanto, há referenciais a respeito da destreza dos negros em diversos serviços especializados na produção de açúcar, mas que a instituição não utilizou para construir a sua expografia.

Fig.2: Sala da Tortura



Fonte: Kesia Oliveira (2018)

Fig. 4: Sala de Tortura



Fonte: Kesia Oliveira (2018).

Na segunda sala, indicada nas figuras 3 e 4, seguimos com um roteiro de guiamento estabelecido pela instituição, se encontra a sala de aparelhos de tortura, dispostos numa prateleira: quadros sapataria, quadro castigo, quadro negra amordaçada, replica de mordança, estatua de negra dançando, estatua de negro tocando, estatua de negra sentada e acorrentada, algema anjinho, palmatória, correntes, gargalheira, ao centro uma réplica de pelourinho (tronco) com corrente e um chicote pendurado e logo em frente estão dois troncos de pés ou pescoço¹². Nesta sala vemos que a população negra é representada apenas como escravizada, como coisa ou objeto, submissa as mais diversas atrocidades acometidas. Contudo esta representação estereotipada do negro parece querer indicar ao visitante em sua exposição que não houve qualquer resistência, pois a sala é dedicada exclusivamente para os objetos de tortura no período escravocrata.

¹² Ferramentas utilizadas pelos donos de escravos, na aplicação de castigos e maus tratos.

Nos colocamos contra a sala da tortura pois as representações nos museus deveriam servir na discussão sobre os horrores da escravidão e os mecanismos dos negros para se verem livres de tal situação. A sala parece retratar a historiografia da escravidão anterior aos anos de 1980, a partir das ideias de coisificação do escravo da Escola Paulista de Sociologia e da única alternativa do negro ser a fuga ou suicídio – pensamentos de Décio Freitas e Clovis Moura. A sala, por exemplo, ao tratar da tortura poderia mostrar o protagonismo negro e as reinvenções de liberdade – largamente difundidas na historiografia da escravidão nos últimos trinta anos – e apresentar a população o principal personagem da luta contra a escravidão em Sergipe, João Mulungu. A expografia que é utilizada, para falar do negro, posiciona mais uma vez o negro como objeto que possuía dono, e que esse dono (senhores de engenhos, fazendeiros) foi o protagonista, mais uma vez, nesta encenação expográfica.

Seguindo o roteiro de visitas do museu, alguns tópicos devem ser mencionados durante todo percurso expositivo, percebemos que as representações estão posicionadas de uma maneira um tanto quanto tendenciosa, na abordagem da vida do negro afro-brasileiro, remetendo o negro em seus discursos apenas a um lugar, um lugar de submissão, o lugar de coisa, coisa que possuía dono.

Fig. 5: Sala dos Senhorzinhos



Fonte: Douglas Santos Neco (2019).

Em seguida na sala três, representada pela figura 5, ainda do pavimento térreo a Sala dos senhorzinhos, dedicada a rememorar a casa grande¹³, onde estão uma série de objetos que remetem a vida cotidiana dos senhores de engenho, fazendas e donos dos negros escravizados. No início desta sala está posicionada uma cadeira de arruar, que era usada como transporte dos “nobres”, carregados sobre os ombros dos negros, posicionados um em cada extremidade. Ainda nesta mesma sala de exposições há um baú, uma mesa com cadeiras de uma sala de estar, e uma cama, representando os objetos usados pelos senhores da casa grande, as indicações feitas nas fichas técnicas preocupam-se em apenas em dar nome aos objetos e uma datação. A sala parece não fazer sentido em uma instituição denominada Museu Afro-brasileiro, pois não é possível verificar nos objetos expostos nada além da faustosa vida cotidiana da casa-grande e dos senhores de engenho.

Fig. 6: Cozinha da Casa Grande



Fonte: Douglas Santos Neco (2019).

Fig. 7: Cozinha da Casa Grande



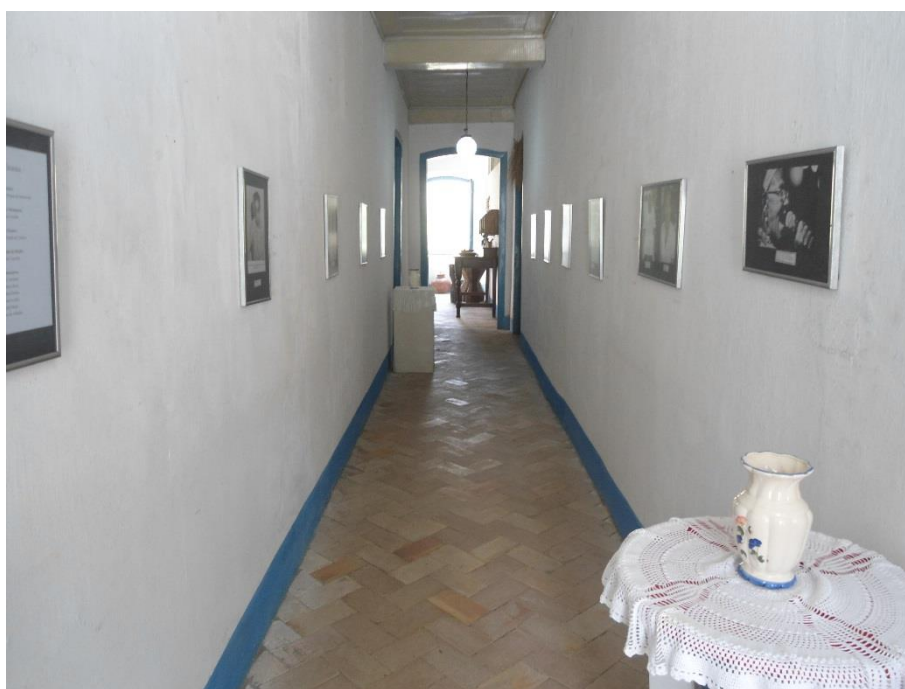
Fonte: Douglas Santos Neco (2019).

Acompanhando ainda no térreo a monitoria da exposição, está a cozinha apresentada nas figuras 6 e 7, com moveis e utensílios domésticos usados durante o preparo de refeições: mesa, panelas de barro, panelas de metal, tachos, pote para água, bule, candeeiros, moedor de café, pilões com e sem batedor, cadeiras, trempe, batedor de sementes, aparador, objetos e elementos para a manutenção da residência. Um detalhe que nos chamou atenção e muito faz refletir, seria questionar qual a missão ou intenção desta exposição, pois a exposição remonta a uma reconstituição da cozinha da casa grande. Em um canto perto da montagem

¹³ Casa onde residiam os senhores de engenho, fazendeiros no período colonial e imperial.

cenográfica, um manequim representando uma mucama, reafirmando em sua narração expositiva o lugar do negro na colonização brasileira. Não há referências sobre as influências culturais do negro para a formação do Brasil colonial apontada, por exemplo, por Gilberto Freyre, em *Casa-Grande e Senzala*, sobre a forte influência da cultura africana na alimentação no Brasil colonial. A cozinha poderia ter sido um ambiente bem aproveitado para tratar da cultura afro-brasileira no país a partir da culinária.

Fig. 8: Corredor usado para exposições temporárias



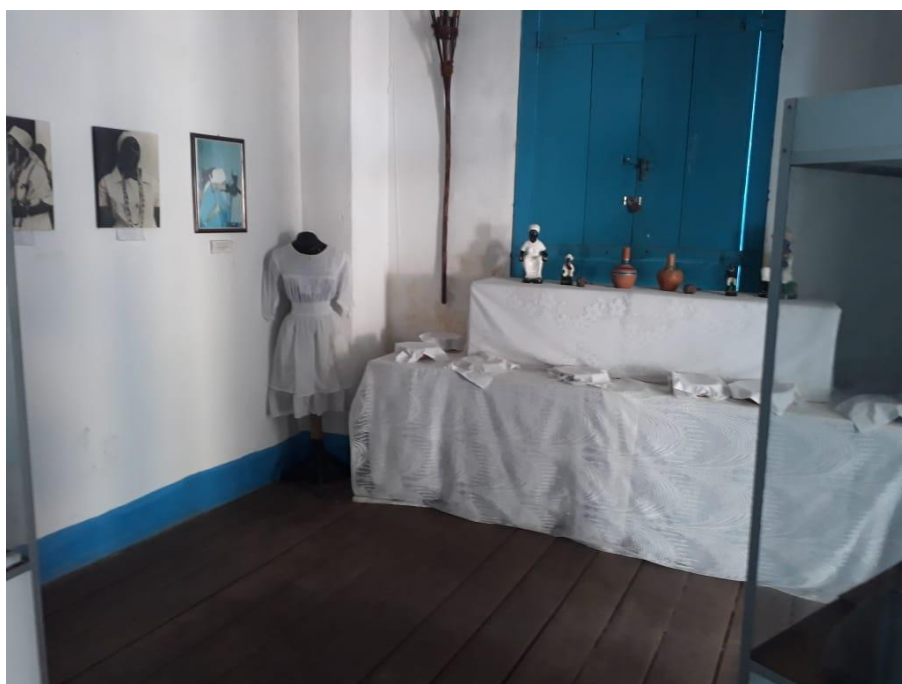
Fonte: Douglas Santos Neco (2019).

Ainda no térreo há um espaço localizado entre o balcão de recepção e a Sala dos senhorzinhos, um corredor utilizado para exposição temporária, indicado na figura 08, o que poderia diversificar a expografia em comparação da exposição de longa duração.

Interessante pautar que, a nova historiografia sergipana faz-se presente na abordagem da riqueza cultural da população afro-brasileira em Sergipe, em suas múltiplas manifestações, que põem ênfase nas diversas resistências contra a escravidão que ocorreram. De fato é necessário dirigir uma reflexão atenta aos discursos expostos, pois são frutos de uma seleção que usa como lente de análise, uma perspectiva do branco sobre a realidade do povo negro. Tal reducionismo das realidades/resistência negra em espaços museológicos podem ocasionar o fortalecimento da agenda de extermínio, desse povo historicamente marginalizado.

Todavia aos parâmetros e perspectivas da Museologia Social que, “por esse caminho, compreende-se que a museologia social se constituiu e se constitui “in mundo”, ou seja, na relação direta com a sociedade, com as demandas e questionamentos de segmentos sociais específicos” (CHAGAS; PRIMO; ASSUNÇÃO; STORINO, 2018, p.76). Neste sentido, as novas abordagens que valorizem notadamente a pessoa humana negra, torna-se possível, quando se alarga a linha tênue da concepção das discussões que abarquem além do histórico as reverberações e demandas das comunidades atuais.

Fig.9: Sala do Nagô



Fonte: Douglas Santos Neco (2019).

A ausência da representação das resistências do povo negro é constante durante o roteiro do MABS. Ao lado do corredor usado para exposições temporárias, há uma escada de madeira que permite o acesso aos módulos expositivos do pavimento superior, dedicados a representar o sincretismo religioso, como parte da exposição. No topo da escada um manequim representando Exú (Orixá que no candomblé responsável pela abertura dos caminhos), ao lado em um expositor tem um àgbá de barro, representação que também representa o mesmo Orixá. A primeira sala do pavimento superior após escadaria, está uma sala com a exposição do Nagô (segmento religioso de matriz afro-brasileira, existente em um dos terreiros de Laranjeiras/SE), apresentada na figura 9, onde contém objetos ritualísticos: tambor, cabaça, otá (pedra-fetichê na qual a força sagrada dos orixás é fixada), trajes femininos usados nos terreiros, lenço, blusa, saia, trajes masculinos usados nos terreiros,

camisa, calça, avental, pratos de barro, além de fotos em um breve histórico do segmento religioso e da “casa” (Modo de referir-se ao terreiro) existentes em Laranjeiras/SE, as salas que fazem referência as religiões de matriz afro, possuem potencial para, uma desmistificação que poderia ocasionar a diminuição da intolerância religiosa.

Fig. 10: Sala dos Orixás



Fonte: Douglas Santos Neco (2019).

Em seguida a sala dois Orixás (deuses africanos), representada na figura 10, é possível observar a representação com vestuário em manequins os principais orixás cultuados nos terreiros de Laranjeiras, são eles: Exú, Iansã, Ossain, Iemanjá, Nanã, Obaluaê, Ogum, Oxalá, Oxossi, Oxum, Oxumarê, e Xangô, divindades cultura afro-brasileira trazida para o Brasil, que resistiu e resiste até os dias atuais. Apesar de não haver banners sobre a religiosidade e culto dos orixás, a sala traz um importante elemento da cultura afro-brasileira com vestimentas oriundas de diversos terreiros da região.

Seguido para sala três do pavimento superior do museu, intitulada Salas das religiosidades, demonstrada na figura 11, estão dispostos em vitrines alguns objetos religiosos como: símbolo de Xangô, símbolo de Oxalá, símbolo de Ogum, símbolo de Obaluaê, símbolo de Iemanjá, Atabaque rum (grande), Atabaque rumpi (médio), Atabaque Ylé (pequeno), agridá (Obaluaê), Quartinha (Ipadê), Búzios (Ipadê), Cabaça (Ipadê), Adê/Coroa de Iemanjá, Copo/Bracelete de Iemanjá, IGBÓS de Iemanjá, Cadeira/Trono do terreiro filhos de Obá, Cadeira/Trono do Babalorixá Gilberto da Silva (Lê), Coroa do Babalorixá Gilberto da Silva

(Lê), Escudo do Babalorixá Gilberto da Silva (Lé), Espada do Babalorixá Gilberto da Silva (Lê), Cinturão do Babalorixá Gilberto da Silva (Lê), elementos que possuem relação direta no culto aos orixás, e que eram utilizados em terreiros ainda existentes na cidade. Embora nesta sala seja exposto componentes que possuem uma estreita relação com a comunidade de Laranjeiras, o modelo expositivo apresenta em suas narrativas apenas pequenas descrições técnicas nome/data, sem aprofundamentos do assunto ou da contextualização desses objetos e terreiros, ocasionando mais uma vez uma não representação da cultura afro-brasileira com sua devida importância dos grupos pertencentes.

Fig. 11: Sala das religiosidades



Fonte: Douglas Santos Neco (2019).

Na última sala seguindo o percurso pré-estabelecido pelo sistema de visitação do museu, está a Sala quatro do pavimento superior, indicado na figura 12, usada para exposições temporárias. Neste espaço é comum a montagem de exposições festivas que possuem um contato mais direto com a comunidade como no dia de São Cosme e Damião, com a montagem de um altar e a realização de ações educativas voltadas para diferentes públicos.

Fig. 12: Sala de exposições temporárias



Fonte: Kesia Oliveira (2018).

Ao pensarmos as questões étnicas raciais e suas relações a espaços museais, tais como: a representação da população negra, o preconceito racial sofrido pela população negra no Brasil, os estigmas carregados historicamente pela população negra brasileira do período colonial/imperial na condição de escravo, que geraram posteriormente o problema de racismo, pensamos então seria realmente um museu Afro-Brasileiro? Ou seria o MABS um museu-senzala?

Com essas indagações continuaremos a questionar as exposições realizadas pelo MABS, museu em uma localização que possui uma efervescência da cultura negra, no entanto ao mesmo tempo que está presente fortemente em manifestações culturais, porém não é permitida de maneira efetiva adentrar nas exposições museológicas que é um espaço legitimador de construção das representações junto ao público visitante. Nesta linha de raciocínio, notemos que a não representação fidedigna da cultura/resistência negra parece remontar neste espaço museológico, a cultura do branco colonizador, e que acaba obtendo por finalidade a manutenção de um discurso que, apenas contribui na marginalização da população negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a expografia do Museu Afro-brasileiro de Sergipe, ao meu ver, é também um grito de resistência, enquanto parte integrante deste grupo historicamente marginalizado, de maneiras distintas, na estrutura social racista existente no Brasil, que nos mantém excluídos de espaços como museus, galerias, apenas por nossa melanina. Desde meu primeiro contato com o MABS, em 2015 ao adentrar no curso de bacharelado em Museologia, encontro-me com algumas inquietações, acerca da representação estereotipada do povo negro, encontrando então no meio acadêmico uma ferramenta para falar e realizar uma contestação/reivindicação por uma representação que valorize a cultura e a resistência negra.

Nesta pesquisa, foi possível evidenciar que existem amplas abordagens acerca de Museologia, caracterizada pelo seu pensamento social, com recomendações que reverberariam em todos os setores que compõem um museu, embora pareça evidente, ao verificar o estado de funcionamento do MABS, tais sugestões parecem não refletirem no ideal da instituição, que é reprodutora de racismo que perduraram legalmente na sociedade escravista brasileira. Torna-se necessário enfatizar que, neste sentido uma instituição que se opõe a renovações que poderia atualizá-la ao tempo presente, demonstra ser movida a um saudosismo de rememoração de outrora.

Ao se visitar o MABS, fica evidente que, embora haja diversas recomendações existentes que preveem melhorias nas práticas museológicas, sabendo-se ainda das estratégias de extermínio/genocídio da população negra no Brasil, o único museu do estado de Sergipe que faz alusão a temática afro-brasileira, demonstra não possuir efetiva ação para modificação das suas exposições, o que pode ocasionar diretamente a falta de relação de pertencimento, com a própria comunidade local, que quase em sua totalidade são de afrodescendentes.

Este mesmo espaço legitimador proporciona exclusões, quando penso na gama de resistências existentes em Laranjeiras, porém são negadas a compor esse espaço como: Quilombo da Mussuca, exemplo evidente que não é contextualizado no MABS, personalidades como Zizinha Guimarães, João Sapateiro, João Mulungu entre outros, personagens negras(o) marcantes que possuem referências em Laranjeiras, no entanto, são deixados a margem, por não convir ao ideal racista que constrói e cristaliza as narrativas do museu. O negro no MABS é representado, sobretudo no pavimento térreo, como a mão-de-obra da casa-grande e do engenho. A relação entre teoria e prática museológica, parecem

serem evidentes, porém não se é materializada. Ressaltando que os atributos quais eram delegados aos museus nos seus primórdios, como comunicador e preservador de objetos, atualmente são insuficientes para abarcar a diversidade, necessitando abordar de forma coesa as exposições e consonância com a sociedade atual, essa mesma instituição, possui potencial para contribuição no desenvolvimento/melhorias em prol da comunidade, que ultrapassam o quadrado arquitetônico.

O movimento negro em Sergipe configura-se nos mais variados cenários políticos possíveis, em um militantíssimo que é de suma importância, nas abordagens que levam em sua essência as reivindicações de valorização das vidas negras. A coletividade das organizações negras, buscam o respeito, direito humano de existir, nesta mesma linha de raciocínio é plausível afirmar que, há necessidade de pensar a museologia integrada a realidade existente, trabalhando coletivamente em suas atividades, em uma perspectiva que valorize a missão do museu e a pessoa humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMARAL, SharysePiroupo do. **Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888**. Tese (Mestrado), repositório UFBA, Salvador, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/10228>> acessado em 10 de janeiro de 2019.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950.

BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museu e etnicidade – o negro no pensamento museal: Sphan – Museu da Inconfidência – Museu do Ouro Minas Gerais**. Dissertação de (mestrado), UFBA, 2012.

CARDOSO, Maria da Luz Nolasco. **Conceptualizando a ideia de exposição – um método de intervenção activo no processo comunicativo**. Livro de Actas – 4º SOPCOM.

CARMO, Sura Souza. **Doce Província? O cotidiano escravo na historiografia sobre Sergipe oitocentista**. IHGSE, Aracaju – SE, 2017.

CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acessado no dia: 10/10/2018.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **Museus, Memórias e Culturas Afro-brasileiras**. 2017. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/4e6f109d/d1c0/4350/953c/c36cbae0f9fc.pdf>> Acessado em 20 de junho de 2018.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação e pesquisa de recepção: Uma perspectiva teórica-metodológica para museus**. Revista: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12 (suplemento), p.365-80, 2005.

CHAGAS, Mário. **Memória e Poder: Dois Movimentos**. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 19, n. 19, June 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>. Acesso em: 21 janeiro de 2018.

CHAGAS, Mario; PRIMO, Judite; ASSUNÇÃO, Paula; STORINO, Claudia. **A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos**. Cadernos de Sociomuseologia, nº 11, 2018, vol.55. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6364>>acesso em 10 de fevereiro de 2019.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acessado no dia: 26/03/2018.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>> acessado em 20 de dezembro de 2018.

DOMINGUES, Petrônio. **João Mulungu: a invenção de um herói afro-brasileiro**. História: Questões & Debates, Curitiba, volume 63, n.2, p. 211-255, jul/dez. 2015. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/46711>> acesso em 10 de janeiro de 2019.

D'ACELINO, Severo. *Resistência Negra Severiana*. Casa de cultura Afro-Sergipana, 2009. Disponível em: <<http://casaculturafrose.blogspot.com/>> acessado em 01 de fevereiro 2019.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/genocidio/>> acesso em 15/01/2019.

FREITAS, Décio. **O escravismo no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1973.

FLORES, Joana. **Mulheres negras e museus em salvador: Diálogo em branco e preto**. Halley S.A. Gráfica e Editora. Salvador/BA 2017.

GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Editora Marco Zero, vol.3, Rio de Janeiro- RJ, 1982.

IPEA e FBSP. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, junho de 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432> Acessado em 20 de julho de 2018.

ICOM. **O ICOM / Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. Organização Maria Cristina Oliveira Bruno. São Paulo, Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

IBGE. Brasil/Sergipe/Laranjeiras. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/laranjeiras/panorama>>. Acessado 12/09/2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia dos Museus Brasileiros**. 2011. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/noticias/guia-dos-museus-brasileiros>> Acesso em 20 de junho 2018

LODY, Raul. **O Negro no Museu Brasileiro: construindo identidades**. Editora Bertrand Brasil LTDA. Rio de Janeiro- RJ, 2005.

MORAES, Julia Nolasco. **Curadoria e ação interdisciplinar em museus: a dimensão comunicacional e informacional de exposições**. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Brasília-DF, Outubro de 2011. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2073/Curadoria%20-%20Moraes.pdf?sequence=1>>Acessado em: 10 de Janeiro 2019.

MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão e sociedade 1591-1882**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

NOGEIRA, Adriana Dantas; NUNES, Verônica Maria Meneses. **O Despertar do Conhecimento Na colina Azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras**. São Cristóvão, 2009, 390 p.

NOGEIRA, Adriana Dantas; SILVA, Eder Donizete da. **O Despertar do Conhecimento na colina Azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras**. São Cristóvão, 2009, p. 149- 177.

PRIMO, Judite. **Museologia e patrimônio: documentos fundamentais**. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 15, n. 15, junho 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/329>>. Acesso em: 29 julho 2018.

REIS, Raphael Vladimir Costa. **Sob a lupa de Mnemosine: apontamentos para identificação e mapeamento dos museus em Sergipe**. Laranjeiras- SE, 2016, p. 37-78.

SANTOS, Laedna Nunes; MENDONÇA, Elizabete; BONFIM, Wellington. **A lei federal 10.639/03 e o Museu afro-brasileiro de Sergipe (MABS)**. Revista Musear, junho de 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Public/Documents/5-A-lei-federal-10639-03-e-o-museu-afro-brasileiro-de-Sergipe-MABS.pdf>> Acessado em 15 de setembro de 2018.

Sistema estadual de Análise de Dados/SEADE. **Maior População do Negra do País**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/idr/download/populacao.pdf>>. Acesso 10 de dezembro de 2018.

VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Editora. Medianiz, Porto Alegre- RS, 2012.